

Editoriais do Clipping *Questões de Raça*

Clipping n.º 1, março-abril 1995

Uma contribuição ao debate sobre as relações raciais, por Helena Costa

De acordo com sua orientação de fomentar e promover pesquisas sobre relações raciais no Brasil, o Centro de Estudos Afro-Asiáticos/CEAA mantém um extenso acervo jornalístico sobre essa temática. Este material - que se encontra à disposição de pesquisadores e do público em geral - reúne reportagens, notícias e artigos publicados nos últimos anos pela imprensa brasileira. Com o objetivo de facilitar o acesso às informações desse acervo, lançamos agora o clipping Questões de Raça.

Mais que uma mera colagem de notícias, Questões de Raça apresenta uma seleção crítica de matérias, dando prioridade àquelas mais completas e profundas e eliminando as repetitivas. Pela riqueza do material disponível e até mesmo pela inconstância do assunto na mídia, optamos por dedicar cada edição a um tema específico, seguindo não apenas o critério da atualidade, mas de acordo com a relevância da questão para o debate sobre as relações raciais no Brasil. Assim, abordaremos fatos recentes ou não, desde que possam subsidiar pessoas e entidades envolvidas nesse debate.

Como em qualquer trabalho dessa natureza, reproduzimos aqui textos que expressam opiniões com as quais nem sempre concordamos. Nosso interesse é justamente privilegiar a pluralidade de idéias, oferecendo várias abordagens a respeito de um mesmo assunto.

Escolhemos como tema de nossa primeira edição o livro The Bell Curve (A Curva do Sino), lançado há cerca de seis meses nos Estados Unidos. Nele, os autores concluem, entre outras coisas, que os negros norte-americanos têm, em média, 15 pontos a menos de QI que os brancos. Devido à repercussão da obra no Brasil e no exterior, por seu conteúdo explosivo e pelas consequências políticas de suas afirmações, queremos prestar um serviço ao leitor ao compilar criticamente aquilo que foi dito a respeito do livro na imprensa - incluindo uma resenha feita pelos próprios autores.

Na seção "Eventos", divulgaremos atividades promovidas pelo meio acadêmico ou pelos movimentos sociais que abordem a questão afro-brasileira. Outra coluna fixa, "Discriminação", destacará casos de racismo noticiados pela imprensa no período imediatamente anterior à edição do *Questões de Raça*. Através dela, daremos maior visibilidade a tais acontecimentos, ajudando a minar a opinião ainda reinante sobre a ausência de preconceito racial nesse país.

Esperamos incrementar a discussão de questões como racismo, preconceito e discriminação racial em diversos níveis e setores. Acreditamos que esses são assuntos prioritários num momento em que temas como pobreza, desenvolvimento e cidadania encabeçam a pauta de discussões da sociedade civil. Aguardamos suas contribuições através de críticas, sugestões e comentários.

Em tempo: pelo que apuramos até agora, nenhuma editora interessou-se por lançar The Bell Curve no Brasil. Além de ser considerado "pouco comercial" pelo seu tamanho, parece que ninguém no mercado editorial brasileiro se habilitou a carregar o ônus de editar uma obra ferozmente criticada lá e cá, que mereceu inclusive declarações (desfavoráveis) do presidente Bill Clinton. Portanto, se você leu, tem aqui a oportunidade de confrontar opiniões. Se sente-se desanimado diante das 800 páginas em inglês, atualize-se com o *Questões de Raça*.

Clipping n.º 3, agosto-setembro 1995

Comunidades Negras e Remanescentes de Quilombos, por Helena Costa

Para contribuir com as homenagens à Zumbi dos Palmares nos 300 anos de sua morte, estamos enfocando neste número de *Questões de Raça* a situação das comunidades negras identificadas como remanescentes de quilombos. Procuramos oferecer uma amostra abrangente, onde figuram grupos de diversos estados do país, da Amazônia à Santa Catarina.

Privilegia-se, aqui, as matérias que abordam o cotidiano destas comunidades, revelando suas tradições. Certamente que aquelas aqui retratadas não são únicas, nem tão pouco as mais importantes. Apenas conseguiram, em algum momento, a atenção da imprensa para seus problemas e peculiaridades.

A ausência de documentos e de consenso entre os estudiosos torna difícil a determinação incontestada das comunidades que são ou não remanescentes de quilombos. Por estes motivos, nos referimos às comunidades identificadas como tal sem a pretensão de outorgar-lhes uma classificação que cabe aos especialistas.

Mesmo sobre o Quilombo dos Palmares, cuja existência e importância estão definitivamente reconhecidas, ainda há muito o que investigar a respeito de sua composição étnica, hábitos e costumes. Por isso, pesquisas arqueológicas (como a reproduzida na página TAL) são de grande relevância. Este tipo de investigação, juntamente com pesquisas de caráter antropológico, aprofunda os conhecimentos a respeito das formas de organização e resistência dos escravos no Brasil colonial, informações fundamentais para enriquecer a historiografia nacional.

Aliás, a citada escassez de documentos relativos a este período já se configura num dado importante. Não interessava às classes dominantes do regime escravagista difundir o aumento e mesmo o sucesso dos quilombos. Convinha desencorajar um processo cujas proporções abalaram seriamente a estabilidade do sistema vigente, e do qual faziam parte também as revoltas, insurreições, fugas e ameaças de fugas. Na verdade, os quilombos eram uma alternativa em meio a uma vasta gama de estratégias de resistência dos negros.

Durante muito tempo alimentou-se a idéia do escravo passivo, coisificado, com algumas poucas exceções à regra. Hoje admite-se que, entre a ousadia e a capacidade de liderança de Zumbi dos Palmares e a figura do escravo submisso, a resistência dos negros apresentava diversas nuances. Aos atos de afronta direta ao regime somam-se diversas formas de negociação, explícita ou dissimulada, coletiva ou individual. Coletivamente, reivindicavam melhores condições de vida e trabalho e o reconhecimento de direitos já adquiridos, entre outras coisas. Individualmente, insurgiam-se contra castigos, exigiam a manutenção de grupos ou famílias. Já há estudos que, inclusive, levantam a hipótese desta resistência ter origem, em alguns

casos, antes mesmo da chegada dos escravos ao Brasil, ainda nos porões dos navios negreiros.

Portanto, não é de se admirar que alguns destes agrupamentos sociais tenham-se mantido até os dias de hoje. Se já em sua origem conseguiram contornar uma repressão ferrenha e, direta ou indiretamente, minar aos poucos os alicerces de um sistema, de certo que seriam capazes de se perpetuar - embora, evidentemente, com modificações de suas estruturas, em maior ou menor grau.

Dentre estas mudanças, a gradativa perda de determinados traços culturais é uma constante preocupação dos remanescentes de quilombos e daqueles que as estudam. Festas, rituais e até dialetos próprios, que resistiram durante décadas sendo transmitidos de geração a geração, estão sendo abandonados em alguns grupos. Em geral, os mais jovens não se interessam por estes ensinamentos, seja por desinteresse num passado já muito remoto para eles, seja pela atração por novas linguagens (como a da televisão). Nesta perspectiva, reaparece a discussão em torno dos benefícios e prejuízos da interação entre os remanescentes e o restante da sociedade, o que variava já em seus primórdios, com quilombos mais isolados e outros que conviviam em relativa harmonia com vilas e cidades vizinhas.

Em pelo menos uma característica todos os grupos aqui retratados coincidem: a forma de produção essencialmente agrícola. Por isto, culturas tão antigas e tradicionais, a princípio distanciadas da "modernidade", compartilham com o conjunto da sociedade brasileira de uma preocupação extremamente atual: a questão agrária. É interessante perceber que, em diversos casos, as comunidades conseguem destaque na mídia pelo conflito com supostos proprietários, como no caso de Rio das Rãs, na Bahia, ou por denúncias de invasões e grilagens, problemas associados às reivindicações dos trabalhadores sem-terra.

As comunidades remanescentes não devem ser considerados sem-terra no sentido "clássico" do termo. Afinal, elas já possuem suas terras de fato e de direito - direito esse assegurado no artigo 68 das Disposições Transitórias da Constituição Federal. Entretanto, não há um consenso jurídico sobre a aplicação do artigo, e há quem aponte a necessidade de regulamentá-lo através de lei complementar, onde seria explicitada a definição oficial sobre quem são os remanescentes de quilombos.

Mas sabe-se que, ainda que não pairassem dúvidas quanto à execução da lei, sua aplicação exige um árduo empenho daqueles que lutam por este direito. Afinal, temos mostras diárias de que, de fato, neste país certas leis "pegam" e outras não (e estão aí os diversos confrontos nas reservas indígenas, também garantidas constitucionalmente, para comprovar esta realidade). Resta-nos torcer para que no ano que se comemora a "vitória de Zumbi sobre a morte", como bem diz Joel Rufino, possamos celebrar também a vitória dos descendentes dos quilombolas na conquista lícita de suas terras.

Clipping n.º 4, junho- julho 1996

Zumbi, 300 anos, por Helena Costa

Questões de Raça escolheu o tricentenário da morte Zumbi dos Palmares para abrir os trabalhos de 1996. Este foi, sem dúvida, o acontecimento mais importante do ano passado no tocante à questão racial. As matérias jornalísticas sobre o assunto começaram a surgir ainda em 94, mas muitas propostas anunciadas

sofreram alterações, foram canceladas ou simplesmente sumiram na poeira do tempo. Portanto, achamos por bem editar este material após o 20 de novembro, para dar uma visão ampla das comemorações ocorridas em todo país. Passamos agora a apresentar este número, expondo alguns critérios utilizados para selecionar este material bastante vasto.

Esta edição começa com a reportagem "A cara de Zumbi", da revista *Super Interessante*. Com requintes gráficos que enriqueceram uma cuidadosa pesquisa, a matéria traça, de maneira didática, a trajetória do Quilombo dos Palmares. Logo depois, o leitor encontrará uma reportagem sobre o desconhecimento da figura de Zumbi. Embora sucinta, a matéria nos leva a constatar que ainda é preciso muito trabalho para consolidar o nome de Zumbi no imaginário da sociedade brasileira como uma figura de importância nacional.

Num segundo momento, escolhemos alguns artigos sobre Zumbi. Tarefa árdua, já que houveram muitas repetições e obviedades que nos fizeram ter a impressão de que líamos o mesmo artigo várias vezes. Encontramos também quem jamais tenha demonstrado interesse pela questão racial e que se arvorou a escrever apaixonados libelos a favor do sofrido povo negro, etc, etc... Procuramos reproduzir não apenas os mais interessantes, mas também expor a opinião de atores sociais diversos - intelectuais, militantes, sindicalistas, estudiosos.

A exemplo do que fizeram quase todos os editoriais da grande imprensa, também precisamos falar da questão "Zumbi gay". A decisão editorial de publicar ou não a maior polêmica do ano no setor foi tomada, principalmente, pela repercussão causada pelas hipóteses levantadas pelo antropólogo Luiz Mott. Ainda que questionemos até que ponto a sexualidade de Zumbi devesse ser debatida naquele momento, a repercussão do fato foi tamanha que poderíamos produzir um clipping inteiro sobre o assunto. Como estes textos estão à disposição em nosso acervo, resolvemos reproduzir aqui algumas matérias que dão uma visão geral desta celeuma, escolhidas dentre as mais sensatas e menos raivosas.

Nossa experiência em analisar e classificar o material jornalístico referente à questão racial nos levou a constatar que datas significativas como 13 de maio e 20 de novembro são marcadas prioritariamente pelas chamadas "manifestações culturais", em detrimento de outros tipos de iniciativa. O tricentenário da morte de Zumbi dos Palmares não fugiu a esta tendência. Exposições, apresentações de dança, teatro, shows, foram as expressões mais frequentes encontradas tanto pelo movimento negro quanto pelo poder oficial para lembrar a data. Tentando fugir do óbvio, priorizamos os eventos que obtiveram maior destaque da mídia e aqueles que fugiram deste espectro "cultural", propondo inovações ou novos ângulos para abordar o tema.

Finalizando nosso clipping, arrolamos algumas reportagens que gostaríamos, sinceramente, de não publicar. Não para nos eximir da função de informar, mas pela indignação que nos causa - a todos nós - o descuido com que o poder público tratou as atividades do tricentenário. Entretanto, mais uma vez a frequência do tema nos jornais nos levou a publicar uma série do que chamamos "gafes políticas", composta por desmentidos, atrasos e reviravoltas acontecidas em todo o país.

Na seção eventos, excepcionalmente, não apresentaremos eventos promovidos por entidades afins, como de costume. Resolvemos ressaltar um ato que soa como uma resposta, talvez, a toda a movimentação gerada pelo tricentenário de Zumbi: a criação de um Grupo de Trabalho de Valorização da População Negra. Só o tempo

mostrará a real extensão desta resposta. De qualquer modo, ***Questões de Raça*** registra o compromisso assumido pelo governo Fernando Henrique Cardoso.

Apresentamos a partir deste número a seção "Para para saber mais", que oferecerá dicas de textos, documentos, filmes e outros materiais quaisquer que ofereçam um maior aprofundamento do assunto em pauta. Nela, destacaremos as obras que você poderá consultar na biblioteca do **Centro de Estudos Afro-Asiáticos**, que está aberta à solicitações de todo país.

Esperamos que nossos critérios estejam de acordo com nosso público. Aliás, esta é uma excelente oportunidade para renovar um pedido feito em nossa primeira edição. Gostaríamos de receber um retorno de vocês, leitores, sobre nosso trabalho. Sugestões de temas, críticas a determinadas abordagens, esclarecimentos, enfim; manifestações que nos mantenham sintonizados com as demandas do público. Foram muitas as cartas de agradecimento e mesmo de solicitação de ***Questões de Raça***, e para aprimorar este trabalho e torná-lo cada vez mais útil dependemos de vocês.

Clipping n.º 6, outubro/novembro 1996

O debate sobre ação afirmativa no Brasil, por Márcia Lima

Este número do *clipping* traz como tema uma discussão importante ocorrida neste ano para a questão das relações raciais no Brasil: o debate sobre a possibilidade e/ou a viabilidade de uma política de cotas para negros, principalmente nas áreas de educação e mercado de trabalho, com o intuito de criar compensações para as desigualdades que há anos afetam esta população.

Após muito tempo de trabalho de militantes e intelectuais que procuraram dar maior visibilidade ao problema do negro no Brasil, os procedimentos governamentais ultrapassaram a criação de leis que puniam a prática de racismo ou a construção de monumentos históricos e culturais que buscavam "valorizar a sua contribuição cultural". Pela primeira vez no Brasil, foi discutida no governo a possibilidade de uma atuação política efetiva no combate das desigualdades raciais.

As matérias e os artigos sobre este tema que circularam na imprensa destacaram a criação do Programa Nacional de Direitos Humanos como um importante passo nesta direção. Este programa teria, entre uma de suas funções, contribuir e formular políticas públicas e privadas de ações sociais para a redução das desigualdades no Brasil. Em relação à população negra, este programa procuraria, entre outras atividades, apoiar as medidas elaboradas pelo Grupo de Trabalho Interministerial de valorização da esta população, criado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de novembro de 1995 e o Grupo de Trabalho para a Eliminação no Emprego e na Ocupação(GTEDEO), criado em março de 1996, que tratariam de sugerir medidas compensatórias à população negra em diversos itens tais como saúde, educação, mercado de trabalho e meios de comunicação.

Além disso, outro fato importante para este debate foi a realização de um seminário promovido pelo Ministério da Justiça intitulado **Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos**, que contou com a participação de intelectuais e militantes brasileiros e norte-americanos para discutir a política de cotas a ser implementada na sociedade brasileira. Vale destacar que o presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu

discurso abertura deste seminário, não só sugeriu aos participantes "criatividade" na busca de soluções para o preconceito e discriminação racial no Brasil como também afirmou que é necessário "desmascarar" a forma como se dá a discriminação no Brasil.

A criação de cotas para negros nas universidades públicas foi um dos temas pioneiros neste debate. Como a formação educacional é uma etapa fundamental no processo de realização sócio-econômica e as desigualdades raciais nesta esfera sempre foram elevadas, ela se tornou um ponto-chave para a superação das diferenças raciais no Brasil. Deve-se, no entanto, levar em conta também a necessidade de uma política educacional que atinja o ensino básico, que atua como um forte obstáculo para o acesso à universidade.

O mercado de trabalho foi outro fator importante mencionado. O acesso às melhores posições ocupacionais sempre foi muito restrito para a população negra brasileira. O argumento de que o despreparo profissional e educacional levariam a tal situação não dá conta totalmente da exclusão sofrida por este grupo. Negros e brancos com mesmo *background* escolar têm acessos diferenciados a ocupações de maior *status* e às possibilidades de ocuparem cargos de chefia. Uma das proposta inclui não somente cotas para negros nas empresas como também incentivos do governo àquelas que adotarem uma política de diversidade em suas contratações.

O negro nos meios de comunicação foi um tema que também mereceu destaque nas sugestões para medidas compensatórias. A importância que estes meios, principalmente a televisão, têm no país faz com que eles sejam um dos grandes responsáveis pela a formação da opinião pública no Brasil, não podendo ficar de fora deste tipo de política. O governo deverá ser o primeiro a recrutar mais negros para seus programas de TV e publicidade.

É interessante, além disso, destacar a polêmica que este tema levantou na opinião pública brasileira. Diversos artigos e cartas publicadas na imprensa nos permitem avaliar como tais opiniões são muito divergentes.

Por um lado, argumenta-se que esse tipo de política significaria um racismo às avessas, já que o problema no Brasil é de classe e não de cor, prejudicando desta forma, os brancos pobres que continuariam sem acesso à educação e ao trabalho. Além disso, esse tipo de política violaria o princípio da igualdade perante à lei ao criar "classes de cidadãos" e possibilitando o aumento do preconceito contra os negros. Por outro lado, argumenta-se que o Brasil é um país racista e desigual, onde os pretos e pardos não têm acesso e oportunidades igualitários que permitam sua ascensão social e que por isso devem ser criadas medidas compensatórias já que a situação atual seria irreversível sem uma política mais direcionada.

A discussão sobre o conceito de justiça é outro ponto levantado. Pergunta-se de que tipo de justiça está se falando ao sugerir uma política que diferencia etnicamente um grupo criando uma incompatibilidade com os princípios básicos de individualidade e universalidade de uma sociedade verdadeiramente democrática. A igualdade de oportunidades seria o melhor caminho para a construção de uma sociedade justa. Mas, também argumenta-se que seria injusto excluir socialmente e economicamente uma parcela de sua população. A injustiça da discriminação racial também desafia o princípio democrático. Como falar em igualdade de oportunidades numa sociedade que se funda na desigualdade?

Não se sabe até onde estas discussões serão levadas ou que tipo de ações políticas serão realmente implementadas. Mas, de qualquer forma é importante marcar que a o iniciar esta discussão o governo federal comprometeu-se, formalmente, com o enfrentamento dos problemas referentes à questão racial no Brasil. A abertura do debate é fundamental para que a sociedade brasileira passe a ter uma nova visão deste problema.

Enfim, na coluna **Discriminação**, este número do *clipping* traz a importante conquista do funcionário da Eletrosul, Vicente Francisco do Espírito Santo, que ganhou o direito de ser recontratado pela estatal ao conseguir provar que foi vítima de discriminação racial. Este fato é de extrema importância para que outros caso de racismo sejam denunciados e que aumente cada vez mais a visibilidade do problema racial na sociedade brasileira.

Clipping n.º 7, janeiro-fevereiro, 1997

Raça Brasil e o (novo) contexto nas relações raciais, por Helena Costa

A equipe de **Questões de Raça** se propôs a focar, na primeira edição do ano, o acontecimento mais significativo de 1996 na área das relações raciais. Entretanto, tivemos dificuldade para destacar apenas um fato num período extremamente rico em matérias sobre o tema. Mudou a imprensa ou os fatos eram tão importantes que não puderam ser ignorados? Talvez uma combinação entre as duas hipóteses; o fato é que jornais e revistas noticiaram fartamente acontecimentos diversos que chamaram a atenção da população e que, de uma forma ou de outra, a fizeram pensar em conceitos como raça, preconceito, cor, desigualdade.

Resolvemos destacar o lançamento da revista *Raça Brasil*, auto-proclamada "a revista dos negros brasileiros". A escolha ampara-se em duas razões: em primeiro lugar porque a novidade surgiu no terreno dos meios de comunicação, seara historicamente acusada de reproduzir e reforçar a exclusão social da população afro-brasileira. E em segundo porque, pelo poder inerente a qualquer órgão de imprensa bem sucedido, a revista ampliou o espaço para os temas étnicos para além de seus limites, influenciando outras publicações e até mesmo o mercado publicitário.

Entretanto, antes de apresentar o tema desta edição queremos oferecer uma rápida visão de outros fatos marcantes, começando pelas denúncias de discriminação. Um caso de grande repercussão foi o Carlos Alexandre Rossi, único negro num grupo de crianças que iria aos Estados Unidos - também o único a ter seu visto negado. A alegação de que o menino, de apenas 6 anos, não apresentava indícios de que retornaria ao Brasil, seria risível se não fosse uma evidência de discriminação.

O caso, que acabou sendo resolvido satisfatoriamente, serviu para chamar a atenção da autoridades brasileiras para um problema antigo: a maneira como o consulado americano trata os brasileiros, em especial os não-brancos. Outras denúncias foram divulgadas e, diante da pressão da opinião pública, o cônsul americano foi obrigado a admitir que os funcionários do consulado praticaram discriminação racial (veja a matéria na seção *Discriminação*).

Outro caso rumoroso foi a acusação de racismo levantada pelo CEAP (Centro de Apoio às Populações Marginalizadas) contra o cantor/palhaço Tiririca. O material sobre o caso renderia um clipping inteiro; foram muitas notícias e artigos, grande parte deles usando de um tom passional para vitimizar Tiririca, mostrado-o como

um inocente útil. Não há espaço aqui para desenvolver esta polêmica, mas é inegável que ela conseguiu espaços antes inimagináveis para a discussão do racismo. Foi no mínimo inusitado ver a questão sendo abordada no Domingo Legal do apresentador Gugu Liberato - programa de auditório bastante popular e normalmente dedicado a temas bem mais amenos, como competições, jogos e brincadeiras.

Ainda no campo das denúncias, pudemos finalmente assistir a um desfecho digno - e ao mesmo tempo inédito. O caso do eletricitário Vicente do Espírito Santo mereceu destaque em nossa edição passada, mas nunca é demais lembrar: Vicente foi demitido da Eletrosul por um chefe que queria "clarear" o departamento. Dois anos de luta depois, o Supremo Tribunal de Trabalho obrigou a Eletrosul a readmitir Vicente. Foi gratificante saber que o caso não acabou em pizza, além de ter aberto um importante precedente no Poder Judiciário.

Já o Executivo manteve seu interesse em combater as desigualdades raciais - tendência iniciada com a criação do GTDEO (grupo de Trabalho para a eliminação da discriminação no emprego e na ocupação). Ao promover o Seminário Multiculturalismo e Racismo, o Governo Federal fortaleceu o debate sobre ação afirmativa, que deixa de ser uma longínqua referência norte-americana e passa a ser tratado como uma possibilidade para nossa realidade.

Falando em referências norte-americanas, recebemos no mês de novembro a visita do reverendo Jesse Jackson, uma das mais importantes personalidades negras da atualidade. Jackson fez o roteiro básico de visitantes oficiais (Rio, Brasília, São Paulo, Salvador) e manteve contatos com representantes do governo, do movimento negro, do movimento sindical, entre outros.

Na esfera da política, a grande notícia foi, sem dúvida, a eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo. Primeiro prefeito negro eleito da cidade, Pitta engrossa a galeria, ainda pouco povoada, de negros que obtiveram cargos destacados no executivo, iniciada com os governadores Albuíno Azevedo e Alceu Colares. A eleição de Celso Pitta merece uma análise profunda e detalhada, que seria feita neste número de **Questões de Raça**. Entretanto, devido às últimas notícias envolvendo o prefeito, achamos por bem aguardar o desenrolar dos acontecimentos para retratar sua trajetória de maneira mais ampla e completa.

Passando para o âmbito da mídia, uma novela em especial chamou a atenção. Entretanto, desta vez não houve protestos contra o racismo de personagens e autores, mas satisfação por vermos, pela primeira vez na televisão brasileira, uma protagonista negra. Com a atriz Taís Araújo no papel título, Xica da Silva estreou em setembro e mantém bons índices de audiência.

Em novembro outra mulher negra superou uma barreira: Isabel Fillardis foi a primeira negra a aparecer na primeira página da revista Playboy. Os movimentos feministas podem questionar a pertinência ou importância do nu feminino em revistas masculinas. Mas já que consiste numa atividade profissional, é justo que também as mulheres negras possam exercê-la.

Antes de falarmos sobre *Raça Brasil*, é preciso reparar uma informação errônea freqüentemente divulgada: *Raça Brasil* não é a única revista dedicada ao negros brasileiros. Em 1995, a editora carioca CLS lançou *Black People*, que chega agora a sua 10ª edição, com uma tiragem declarada de 150 mil exemplares. Com estes números, *Black People* também ser considerada um sucesso, ainda que em menores

proporções. Não queremos aqui estabelecer comparações entre as publicações, mas sim divulgá-las, pois acreditamos que há espaço para ambas, e que com esta concorrência nós, leitores, só temos a ganhar.

Quanto à *Raça Brasil*, pode ser considerada um fenômeno. Não apenas por ter estourado sua tiragem inicial, mas por ter conseguido mantê-la, atraindo assim a atenção da imprensa para si. Além das matérias aqui selecionadas, seu lançamento furou o rigoroso bloqueio da mídia televisiva, sendo noticiada nos principais telejornais brasileiros. Também a imprensa internacional noticiou o feito em publicações como o jornal The New York Times.

Como já dissemos, *Raça Brasil* ampliou fronteiras, pois tocou num ponto estratégico numa sociedade capitalista: o consumo. O sucesso da revistas mexeu com o mercado publicitário, que se viu obrigado a reformular antigas convicções para satisfazer uma demanda não prevista. Atualmente, como veremos na matéria que fecha esta edição, vemos mais modelos negros nas televisões e revistas - e o que é melhor, sem estarem desempenhando o papel do "exótico", do diferente, mas como um consumidor como qualquer outro.

Acompanhando estas mudanças, surgiram diversas matérias a respeito de uma nova "onda black", perceptível na moda, em penteados, na música, em espaços de entretenimento, etc. Ainda é cedo para formular conclusões definitivas sobre um fenômeno tão recente, para saber até onde vai o modismo, e onde começa uma verdadeira mudança na estrutura das relações raciais no Brasil. Também não se pode determinar com segurança qual a influência de *Raça Brasil* nesta "onda" - mas com certeza a editora Símbolo merece ser lembrada, no mínimo, como um colaborador imprescindível neste processo.

Questões de Raça oferece neste número um panorama destas transformações, com as quais acredita ter contribuído ao orientar e informar um público qualificado e atuante.

Clipping n.º 8, março-abril, 1997

A eleição de Celso Pitta: relações raciais e contexto político, por Márcia Lima

Este número do *clipping* traz como tema um dos episódios mais marcantes no contexto das relações raciais no plano político: a candidatura e eleição de Celso Pitta para a prefeitura de São Paulo. A elaboração deste *clipping*, que seria produzido logo após às eleições de ano passado, foi adiada no intuito de aguardar o desenrolar da Comissão Parlamentar de Inquéritos sobre a venda de títulos públicos - a CPI dos precatórios - que envolvia o nome do prefeito eleito, para darmos um panorama mais ampla de sua trajetória.

"Quem é esse negro atlético, dono de um físico avantajado, com 1,90 metro e que, só agora por motivos eleitorais começa a usar jeans e tênis, deixando descansar no armário sua coleção de ternos impecáveis?" (O Globo, maio de 1996) . É com esta descrição que Celso Pitta, um economista de 49 anos, surgiu na imprensa brasileira chamando atenção para dois fatos: a sua cor e a sua inexpressividade política. São esses dois elementos que permaneceram destacados no decorrer de toda a campanha eleitoral e que serão abordados neste *clipping*.

Em primeiro lugar, como o próprio candidato trabalhou com estas questões? Vindo de uma trajetória atípica em relação à população negra do Brasil, em termos de educação e mobilidade social, Celso Pitta fez questão de marcar sempre sua competência, desempenho e dignidade nos cargos que ocupou como os fatores que lhe possibilitaram trilhar os caminhos que trilhou. Quanto ao preconceito, afirmava que nunca sentiu sua manifestação pelos empregos que passou. Nesse sentido, Pitta procurou valorizar o esforço individual de sua trajetória, com base na meritocracia, afirmando que "determinação e personalidade prevalecem sobre qualquer situação discriminatória". (Revista Raça Brasil, março de 1997).

Por outro lado, Pitta concorda com a existência de discriminação racial no país fazendo um abordagem comum quando se interpela a grande maioria dos brasileiros sobre preconceito no Brasil - ele existe, mas está sempre distante de quem fala, "não aconteceu comigo". Além disso, ele mesmo procura destacar sua participação no grupos de estudos da USP que tem procurado avaliar a viabilidade ou não de cotas para negros nas universidades.

Desta forma, é possível observar como Pitta oscila entre um discurso comum e um discurso engajado, demonstrando sua fragilidade em relação ao tratamento a ser dado a questão. Nota-se um movimento de exclusão e resgate da sua cor. Ele exclui ao afirmar nunca ter sido discriminado e resgata ao se colocar como uma figura que pensa os problemas advindos do preconceito racial.

Mas, a CPI dos precatórios mudou o discurso do prefeito de São Paulo sobre a sua trajetória de sucesso, livre de discriminação. "Estou sendo alvo de perseguição racial". Estas foram as palavras enunciadas por Pitta para se defender das acusações de corrupção. O homem que até então não se sentia nem branco, nem negro e sim Celso, como ele mesmo afirmara, passou a se sentir negro, vítima de discriminação racial no Brasil, como muitos outros.

Em uma interessante reportagem da jornalista Marilene Felinto, publicada na revista A República em fevereiro de 1997, ela utiliza a palavra "invisibilidade" para a construção da imagem de Celso Pitta. Ela chama atenção para o fato de que esta invisibilidade não é só relativa à cor, mas também a um projeto político. Desta forma, Pitta representa um projeto que não é seu e portanto não é possível pensá-lo como um candidato negro. Infelizmente não foi possível incluir esta reportagem no clipping, pois a autora não nos autorizou a reprodução.

Como membro de uma classe social onde é mais difícil encontrarmos negros, por mais que ele tentasse ser "invisível" foi inevitável a elaboração de um discurso que levasse em conta a sua cor. Sua saída foi, então, afirmar sempre que sua trajetória deveria ser motivo de orgulho para a comunidade negra brasileira. Uma exceção como um espelho.

Uma outra leitura a ser abordada é a dos adversários de esquerda e do movimento negro. Em linhas gerais, Pitta sempre foi atacado pelo fato de estar ligado a um partido de direita que representa a elite do país, portanto impossibilitado de se comprometer com as causas sociais que envolvem a melhoria de condições sociais da população negra. Mas, é valorizado o fato de São Paulo ter tido, no segundo turno, um negro e uma nordestina concorrendo para o cargo público mais importante da cidade.

Quanto à esquerda paulista, principalmente o Partido dos Trabalhadores com a candidatura de Luiza Erundina, ela foi vista como inábil para tratar a discussão das

relações raciais. A tentativa desta candidata em atacar Pitta chamando-o de um "negro com cabeça e comportamento de um branco safado", foi o acontecimento que mais chamou atenção na imprensa paulista. As reações a esta declaração foram extremamente negativas, considerada igualmente racista fazendo Erundina perder votos de brancos e de negros. Além disso, suas estratégias para tratar da questão racial foram colocar uma negra como apresentadora do programa do partido e levantar atitudes racistas de Paulo Maluf em outros momentos de sua vida política como forma de deslegitimar a escolha de Pitta para seu sucessor.

Quanto à militância negra, alguns se lamentaram de terem preparado durante tanto tempo um território de conscientização para que ele fosse utilizado justamente pela direita. Foi destacado também o fato de o candidato procurar sempre marcar sua trajetória educacional - como estudar em Harvard, por exemplo - como algo que o diferenciase da população negra brasileira, um negro acima dos padrões e que ele nunca esteve envolvido com o movimento negro e nunca fez questão de chamar atenção para o fato de ser um negro bem sucedido. Por outro lado, muitos procuraram valorizar, independentemente do fato de Celso Pitta ser de direita, a presença de um negro na prefeitura de São Paulo.

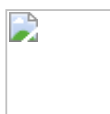
Outro momento importante da presença do movimento negro foi quando Pitta apelou para racismo no caso da CPI dos precatórios. Alguns integrantes do movimento negro paulista lhe deram total apoio fazendo com que Pitta obtivesse um retorno imediato de sua apelação. O homem invisível ganhou cor e buscou no restante da população negra o respaldo para se defender do racismo brasileiro abandonando o discurso do mérito, e do esforço individual tão caros a sua trajetória.

Resta-nos esperar e ver como que Pitta tratará da questão daqui para frente.



[Volta para Publicações](#)

[Volta para Questões de Raça](#)



[Volta para página principal](#)

[Volta para o topo](#)